

A Visão das Empresas Portuguesas sobre os Riscos 2023

Conteúdos



| | | | | | |
|-----------|--|-----------|-----------|--|-----------|
| 01 | Sobre o Estudo | 3 | 05 | 2019 a 2023: o que mudou? | 16 |
| 02 | Resultados do Estudo | 5 | 06 | ESG: um retrato das empresas portuguesas | 20 |
| 03 | O que esperam as Empresas Portuguesas para o ano de 2023 | 7 | 07 | Futuro: infinitas possibilidades | 23 |
| 04 | Gestão de Riscos: o caminho para a resiliência | 14 | 08 | Anexo | 25 |



Sobre o Estudo

A Marsh apresenta a nona edição do estudo nacional “A Visão das Empresas Portuguesas sobre os Riscos”, o qual permite continuar a acompanhar a perspetiva das empresas portuguesas relativamente aos riscos mais esperados a nível mundial e nacional para o ano de aplicação do estudo, neste caso 2023.

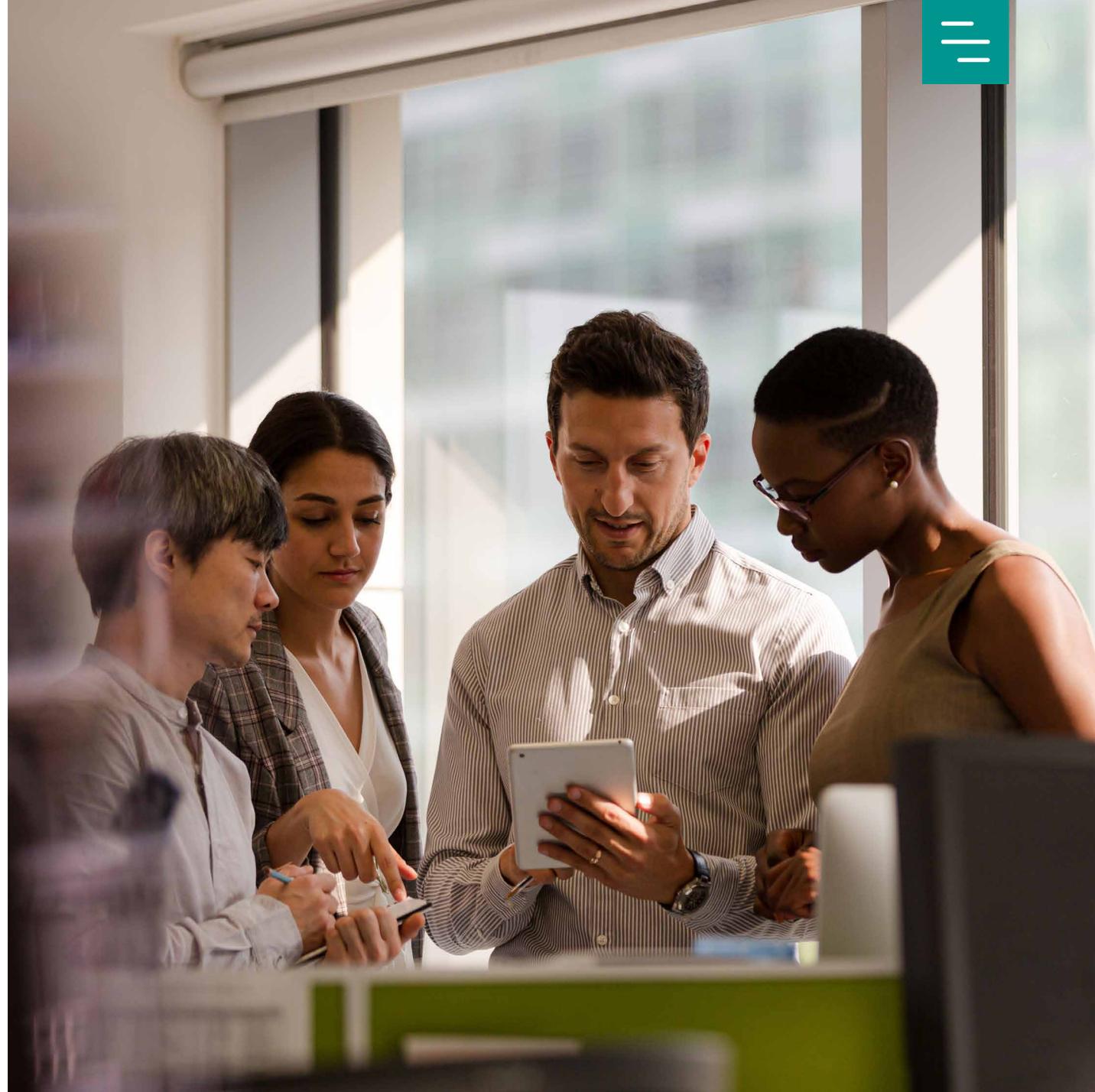
Em seguida, apresentamos a metodologia e âmbito do Estudo, bem como uma pequena caracterização das organizações participantes no mesmo – este documento consolida os resultados, começando por explorar os principais riscos identificados pelos respondentes como mais expectáveis para o ano de 2023, tanto a nível global como nacional, e a gestão dos riscos nas organizações. Este ano dedicamos ainda um novo capítulo a ESG, dada a relevância crescente desta temática.

Metodologia e Âmbito

O Estudo encontra-se suportado num questionário on-line, que teve como base os riscos mencionados no *Global Risks Report*, desenvolvido pelo *World Economic Forum* em colaboração com a Marsh McLennan, entre outros parceiros. O questionário contou com a participação de 132 representantes de várias organizações portuguesas (da esfera pública e privada) e as respostas foram recolhidas durante os meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, tendo sido aplicada a metodologia já seguida em anos anteriores, permitindo uma análise à evolução da perspetiva das empresas portuguesas ao longo do tempo.

Organizações Participantes

Responderam ao questionário 132 representantes de organizações portuguesas, dos mais variados setores de atividade, número de colaboradores, volume de vendas e participação em bolsa. Notamos ainda que esta edição conta com a participação de um maior número de Pequenas e Médias Empresas, aumentando assim a representatividade da amostra face ao tecido empresarial português.





Resultados do Estudo

Os resultados desta edição foram analisados e, sempre que possível e adequado, comparados com os resultados obtidos em edições anteriores.

O nível de participação registou um aumento face à edição anterior de 15%, encontrando-se a distribuição das organizações participantes por setor de atividade refletida na **Figura 01**, onde se destacam a participação do setor dos serviços (20%), da indústria transformadora (15%) e do setor da energia (10%). Importa referir que voltamos a ver representados alguns setores com menor número de empresas no total do tecido empresarial nacional, nomeadamente os da aviação, educação e petrolífero.

É de referir, ainda, que 15% das organizações participantes estão cotadas em bolsa, refletindo bem a tipologia das empresas em Portugal relativamente a este critério e elevando a representatividade dos resultados do estudo, tendo em conta a sua relevância face ao PIB nacional (cerca de um terço) – **Figura 02**.

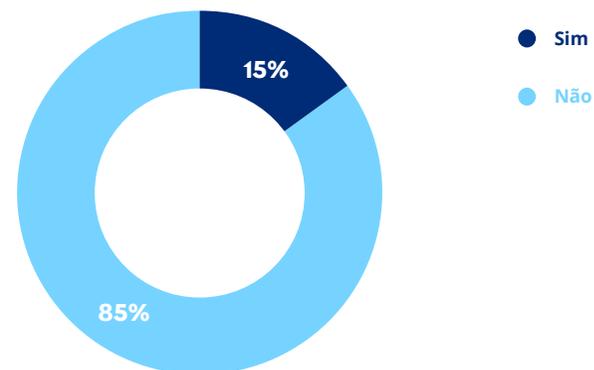
No que se refere à dimensão das organizações participantes, a maioria afirma estar acima dos 50 milhões de euros (54%), sendo que um terço (33%) se situa mesmo acima dos 250 milhões de euros em volume de faturação – **Figura 03**; e ter mais de 75 colaboradores (74%), com 52% das empresas participantes a afirmar empregar mais de 250 trabalhadores – **Figura 04**.



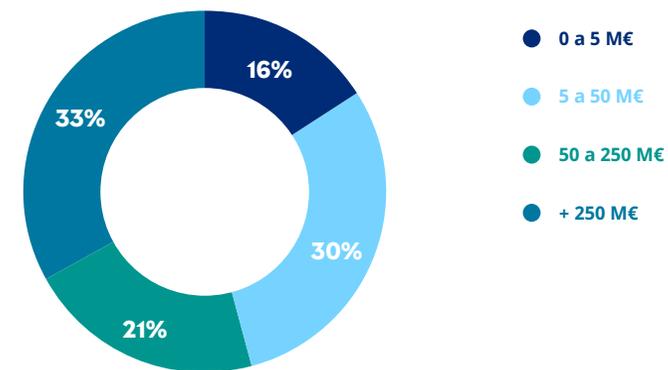
01| Setores de atividade

| | |
|---|--------------------------|
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca | Indústria |
| Automóvel | Instituições Financeiras |
| Aviação | Oil & Gas |
| Bebidas | Químico & Farmacêuticas |
| Comunicação, Media & Tecnologias | Retalho |
| Construção | Saúde |
| Educação | Serviços |
| Energia | Transportes |
| Fabricantes | Turismo |
| Grossista | Utilities |

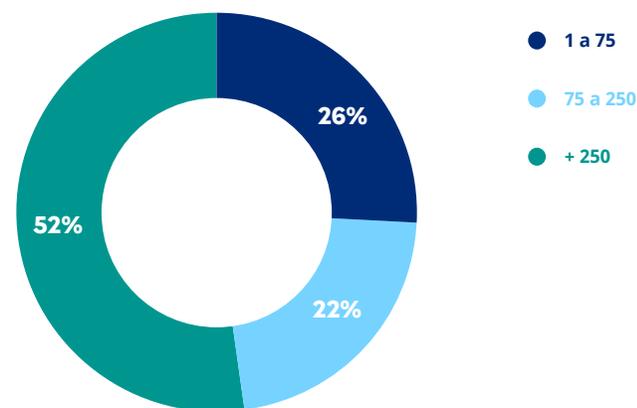
02| Cotação em bolsa



03| Volume de faturação



04| Número de colaboradores





O que esperam as Empresas Portuguesas para o ano de 2023





Tal como espelhado no *Global Risks Report 2023*, este ano veio trazer-nos um conjunto de riscos que as tendências apontavam como bastante prováveis, como a inflação, o aumento do custo de vida ou as perturbações no fornecimento de energia, tendência também verificada no presente Estudo e que já em 2022 as empresas portuguesas apontavam como sendo alguns dos mais relevantes para o mundo.

Numa perspetiva mais local, o efeito de contágio e interdependência dos riscos globais veio, a exemplo de outras crises mundiais, a refletir-se naturalmente na nossa economia, sendo um dos grandes fatores para a manutenção de riscos de caráter social entre os cinco principais para as empresas nacionais.

RAIO-X AO MUNDO: OS RISCOS ESPERADOS PARA 2023 A NÍVEL GLOBAL

A **Figura 05** ilustra os cinco principais riscos percecionados pelas empresas portuguesas como relevantes em 2023. Verificamos que a “inflação”, que ocupava a quarta posição no top de riscos esperados em 2022, assume a liderança de riscos que mais impactarão em 2023, com 54%, subindo 9 pontos percentuais. A “falha de medidas de cibersegurança” passa para o segundo lugar, com 49%, descendo um lugar no ranking face a 2022. Os “eventos climáticos extremos” consolidam a terceira posição, com 42%.

Este ano registam-se duas novas entradas para o Top5 dos riscos: “A estagnação económica prolongada”, que ocupa agora a quarta posição com 29%, surgia em 2022 no décimo quinto lugar com 10%; e a “geopolitização de recursos estratégicos” que ocupa agora o quinto lugar com 28%, subindo uma posição face ao ano anterior.

*| Os resultados apresentados ilustram a percentagem de respostas a cada risco e não representam a percentagem de respondentes.

1| Categorias de riscos de acordo com o The Global Risks Report 2023 (18th Edition), World Economic Forum, Geneva, 2023.

05| Riscos que o mundo vai enfrentar em 2023*



Categorias de risco ¹





Inflação

A inflação é um fenómeno económico que ocorre quando há um aumento geral e sustentado dos preços de bens e serviços numa economia. No atual cenário macroeconómico, a inflação tornou-se num dos tópicos mais relevantes com que os líderes, governos e até os consumidores têm de lidar.

Uma das principais causas da inflação é o aumento da procura agregada, quando há mais dinheiro a circular na economia do que bens e serviços disponíveis para comprar, conduzindo a uma disputa pelos produtos existentes, o que leva, por sua vez, ao aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento dos custos de produção e a escassez de matérias-primas contribuem também para a subida dos preços, tendo, inicialmente, a pandemia do COVID-19 e, depois, a guerra na Ucrânia acelerado a atual crise inflacionária, num fenómeno global e transversal a todos os setores de atividade.

Serão de esperar várias consequências da inflação, tão mais negativas para a economia quanto mais longo for o período, tais como a redução do poder de compra da população, o aumento do custo de vida, a diminuição do investimento e da poupança, a desvalorização da moeda, gerando tensões sociais e políticas que poderão tornar-se bastante relevantes não apenas à escala nacional, mas também de algumas regiões, nomeadamente as menos resilientes. Para atenuar estes efeitos da inflação, as autoridades económicas têm procurado adotar medidas que controlem a procura e incentivem a produção, como a redução dos gastos

públicos, o aumento dos juros e a implementação de políticas que estimulem o investimento.

Apesar de as economias se encontrarem melhor preparadas do que em períodos inflacionários anteriores, o cenário é ainda muito desafiador, pois, enquanto as pressões sobre os preços não diminuírem, as empresas precisarão de se concentrar em antecipar e gerir vários dos principais riscos a que estão expostas, o que implica encontrar estratégias alternativas para lidar com a inflação e realizar monitorizações regulares de modo a mitigar os riscos associados.

Os líderes que melhor compreenderem os impactos da inflação nos seus negócios e adotarem estratégias de antecipação e mitigação dos mesmos estarão numa posição mais favorável para enfrentar a incerteza.

Eventos climáticos extremos

As alterações climáticas, apontadas como resultado direto da ação humana, são um dos maiores desafios relacionados com sustentabilidade que a humanidade enfrenta atualmente, tendo estado na origem de aproximadamente 80% dos eventos climáticos extremos ao longo da última década (*World Economic Forum* em colaboração com *EcoWatch*). Eventos climáticos extremos como incêndios de grandes proporções, ondas de calor que batem recordes e inundações têm sido cada vez mais frequentes e com consequências cada vez mais devastadoras para as civilizações e para os ecossistemas naturais.

As empresas não constituem uma exceção quando falamos da lista de partes negativamente afetadas por este tipo de eventos extremos, com um grande potencial para causar danos físicos a pessoas, ativos, meio ambiente e até às cadeias de fornecimento, constituindo uma fonte de enormes perdas para as empresas globalmente – segundo a Munich Re, em 2022 foram contabilizadas perdas superiores a \$260.000 milhões de dólares derivadas de desastres naturais.

Assim, torna-se imperativa a inclusão numa perspetiva holística dos eventos climáticos extremos na gestão dos riscos corporativos das organizações, abandonando a visão da organização como um elemento isolado (apenas afetada pelos riscos com impacto direto sobre a mesma), e adotando uma visão da organização como parte de um sistema complexo, sujeita a efeitos sistémicos dos riscos, que afetam diretamente os vários agentes que constituem a sua cadeia de valor.

Esta mudança na estratégia de gestão dos riscos associados a eventos climáticos extremos contribuirá para uma maior resiliência das organizações, principalmente quando algumas das coberturas de seguro se tornam mais difíceis de obter.

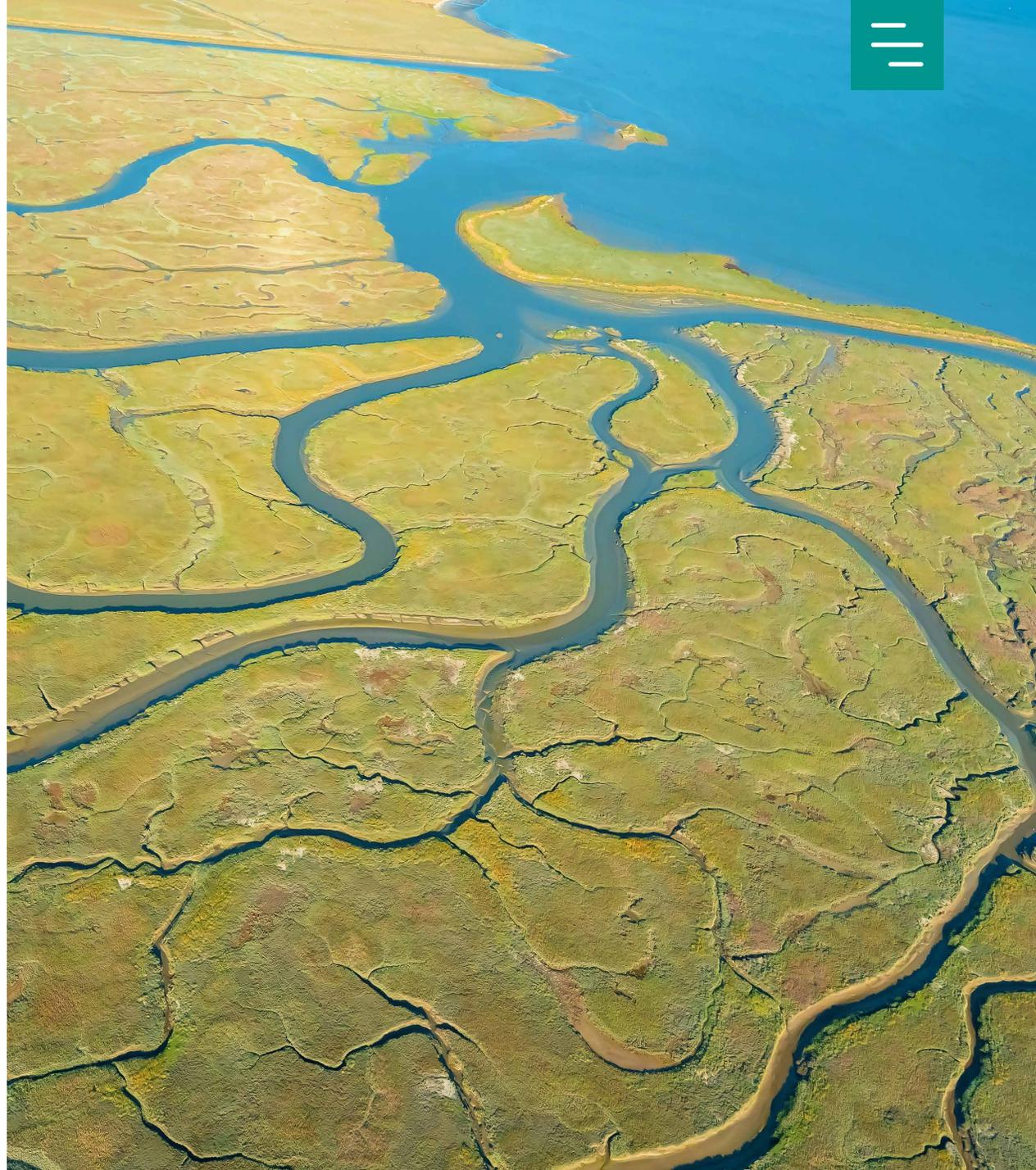
Geopolitização de recursos estratégicos

O peso dos riscos ambientais faz-se já sentir não só a nível global, mas também a nível nacional e de forma cada vez mais permanente, sendo os eventos cada vez mais diversos, frequentes e severos, fazendo com que as empresas nacionais coloquem consistentemente os riscos climáticos extremos entre os 10 principais para as organizações a nível local desde 2017.

A longo prazo e tal como o *Global Risks Report* já vem evidenciando há alguns anos, os riscos ambientais tomam uma importância ainda mais notória, exercendo uma pressão sobre todas as nações, em especial as mais industrializadas, para adotarem medidas de mitigação, reduzindo de forma urgente a sua pegada carbónica e os seus impactos nos ecossistemas e na biodiversidade.

Este exercício pode, no entanto, colidir com as estratégias nacionais ou regionais, nomeadamente dos países que concentrem maior capacidade de explorar os seus recursos naturais e estratégicos, fundamentais para dar suporte à transição energética emergente e à própria evolução tecnológica que está subjacente à denominada 4ª Revolução Industrial.

É nesse equilíbrio frágil de forças e interesses geopolíticos que teremos de viver pelo menos na próxima década, altura em que a pressão dos acordos globais para com o clima mais se fará sentir, seja nos investimentos de quem adote políticas de finanças sustentáveis, seja na forma oportunista com que alguns atores políticos e económicos tentarão contornar uma nova ordem mundial que urge.





RAIO-X ÀS EMPRESAS: OS RISCOS ESPERADOS PELAS EMPRESAS PORTUGUESAS PARA 2023

Quando inquiridas relativamente aos riscos mais esperados para o ano de 2023 a nível nacional, as empresas que colaboraram no estudo colocam o risco de “ataques cibernéticos” em primeiro lugar, com 46%. Em segundo lugar, e com uma diferença não significativa, surge a “instabilidade política” (45%), que sobe uma posição face ao ano anterior. A terceira posição é ocupada por um risco adicionado no estudo deste ano à lista de risco económicos – a inflação, que surge com 39%.

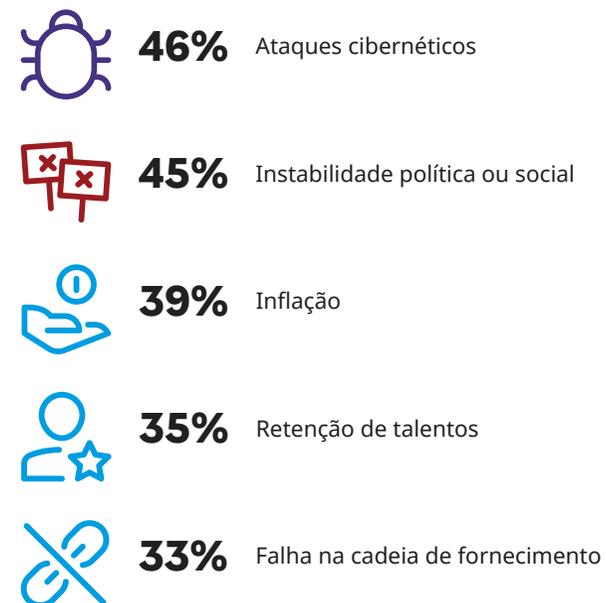
Destacamos ainda a inflação como o único risco que aparece no top5 de riscos mais esperados para o ano de 2023, tanto a nível mundial quanto nacional, e o risco de “falha na cadeia de fornecimento” que em 2022 ocupava o primeiro lugar do top5 de riscos mais esperados a nível nacional, descendo à quinta posição nas expectativas para o ano de 2023.

A **Figura 06** apresenta o Top5 de riscos mais esperados para o ano 2023 de acordo com as expectativas das empresas portuguesas e, no Anexo, encontra-se o detalhe do ranking nacional de riscos para 2023.

*| Os resultados apresentados ilustram a percentagem de respostas a cada risco e não representam a percentagem de respondentes.

1| Categorias de riscos de acordo com o The Global Risks Report 2023 (18th Edition), World Economic Forum, Geneva, 2023.

06| Riscos que a sua empresa vai enfrentar em 2023*



Categorias de risco ¹





Ataques cibernéticos

Os ataques cibernéticos situam-se entre os riscos mais severos que as organizações enfrentam atualmente, em consequência do aumento da frequência, sofisticação e natureza em constante mudança dos ataques cibernéticos e violações de dados, que desafiam continuamente as equipas de mitigação de riscos cibernéticos e de gestão de riscos das organizações.

Os atos maliciosos e as falhas de medidas de segurança ocupam respetivamente o primeiro e segundos lugares das rúbricas “Os riscos esperados pelas Empresas Portuguesas em 2023” e “Os riscos esperados para 2023 a nível global”. É uma mudança ligeira em relação ao verificado em 2022 (edição na qual estes riscos se apresentavam, respetivamente, no segundo e primeiro lugares das rúbricas assinaladas) e que só dá relevo à importância atribuída à materialização de consequências negativas fruto da exploração de vulnerabilidades das infraestruturas digitais, sendo consistente com a visão obtida junto dos inquiridos no período 2017-2023 (sempre entre os três primeiros), sobretudo se olharmos para o posicionamento agregado dos riscos tecnológicos e a sua interação com riscos sociais e geopolíticos identificados neste Estudo – nos quais devemos considerar, além dos ataques cibernéticos e falhas de medidas de cibersegurança, a falha de infraestruturas de informação críticas e de redes, a concentração do poder digital e a desigualdade digital.

A par de uma estratégia cibernética coerente, que permita acompanhar a sofisticação dos ataques, principalmente em ambientes tecnológicos complexos e convergentes, a precisão do cálculo do impacto deste risco torna-se essencial, contribuindo para uma alocação efetiva do capital para fazer face às maiores vulnerabilidades cibernéticas.

Retenção de talentos

O período mais agudo da pandemia do COVID-19 trouxe novos desafios às organizações, nomeadamente a adaptação a novas formas de trabalhar, com forte destaque para a implementação de políticas de trabalho híbrido. Esta tendência veio aumentar a competitividade entre organizações e a cada vez maior disponibilidade dos mais jovens (e até dos não tão jovens) para trabalhar à distância para outras geografias. Com a inflação e a perda do poder de compra a juntarem-se à pandemia, Portugal é afetado por níveis migratórios que, segundo o Observatório da Emigração, apontam para uma saída média de cerca de 90.000 pessoas por ano na última década, com especial destaque para jovens em idade ativa e com qualificações. Adicionalmente, segundo a Pordata, em 2004 Portugal registava uma população ativa de cerca de 1,4 milhões de pessoas, tendo desde 2020 registado números ligeiramente abaixo de 1 milhão – valores mais baixos desde 1983.

A retenção e atração de talentos torna-se assim um dos grandes obstáculos ao crescimento e à competitividade das nossas empresas, desafiando não apenas os profissionais de recursos humanos a desenvolverem políticas dedicadas e orientadas às expectativas dos colaboradores – naturalmente diferentes em função das suas idades –, mas também os principais decisores a assegurarem novas formas de liderança e políticas de governo e de sustentabilidade transparentes, que garantam organizações mais respeitosas para com o ambiente, as suas pessoas e as comunidades – aspetos particularmente valorizados pelas gerações mais jovens na decisão de escolha da ‘marca’ com a qual querem, ou não, estar conotados.



Falha na cadeia de fornecimento

A pandemia do COVID-19 veio colocar à prova a nossa resiliência face a disrupções nas cadeias de fornecimento, evidenciando a nossa exposição e (falta de) preparação para este risco. Neste sentido, torna-se imperativo que os líderes de hoje entendam que a cadeia de fornecimento vai além dos seus fornecedores diretos, contemplando também a infraestrutura de que estes dependem.

Assim, uma avaliação detalhada deste risco deverá ter em consideração o ecossistema de que as empresas são parte e do qual fazem parte não só os fornecedores *tier 1*, *tier 2* e *tier 3*, mas também as infraestruturas que conectam os vários ativos da cadeia de fornecimento, proporcionando uma computação mais acertada da severidade deste risco (considerando critérios como probabilidade de ocorrência, potencial impacto negativo, velocidade). Adicionalmente, é também importante entender e incorporar a relação deste risco com “eventos climáticos extremos”, aprofundados na secção anterior deste estudo, uma vez que estes são uma das causas relevantes para falhas nas cadeias de fornecimento.





Gestão de Riscos: o caminho para a resiliência





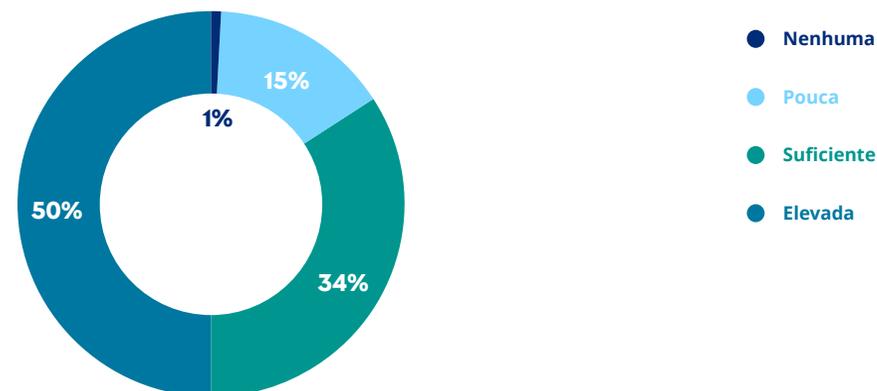
Acreditamos profundamente que uma gestão de riscos mais eficaz coloca as empresas no caminho da resiliência, contribuindo para que se encontrem melhor preparadas para enfrentar um mundo cada vez mais complexo e volátil. Tendo isto em consideração, incluímos neste Estudo nacional uma secção exclusivamente focada nesta temática.

De acordo com os participantes desta edição, e como ilustrado pela **Figura 07**, apurámos que 50% das empresas portuguesas afirmam dar elevada importância à prática de gestão de riscos e 34% considera dar suficiente importância. Apenas 15% afirma dar pouca importância a esta temática.

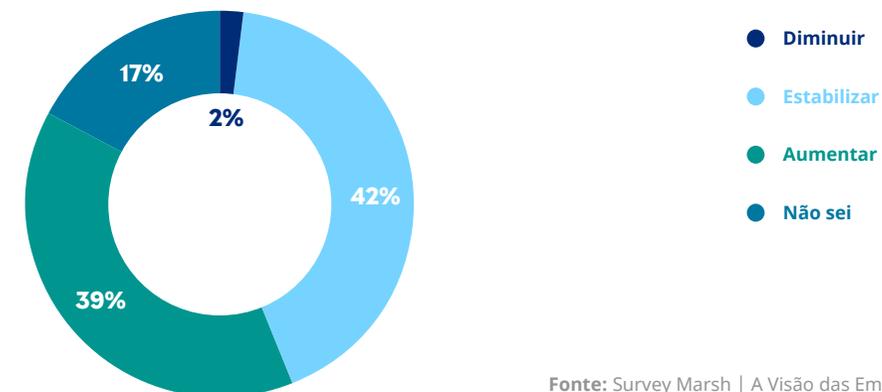
Relativamente aos valores orçamentados para esta rúbrica, o cenário é muito semelhante ao verificado em 2022. Para 39% dos respondentes, o valor aumentou em 2023 e 42% afirma que o valor estabilizou; 17% afirma não saber qual o valor orçamentado para a gestão de riscos nas suas empresas, ao passo que 2% dizem que este valor diminuiu, conforme se pode observar na **Figura 08**.

Assumindo que empresas com práticas de gestão de riscos mais maduras se encontram melhor preparadas para cenários de incerteza – e os valores orçamentados para esta função normalmente refletem a importância da mesma numa organização –, os próximos anos serão muito importantes para confirmar se o investimento feito em matéria de gestão de riscos resultou numa maior capacidade de adaptação das nossas empresas e superação da crise económica que vivemos, ou se a percentagem de falências verificada no período crítico de 2009-2012 voltará a verificar-se – segundo a Pordata, a percentagem de empresas que desapareceram em 2021 foi de 11,4%, por oposição ao registado entre 2009-2012, quando a percentagem foi sempre superior a 15%.

07| Importância dada à gestão de riscos



08| Valor orçamentado para a gestão de riscos em 2023





2019 a 2023: o que mudou?

Este ano voltamos a apresentar uma perspetiva a cinco anos das respostas dadas pelas empresas portuguesas ao questionário da Marsh.

Ao analisarmos a **Figura 09**, os riscos esperados para 2023 a nível global, e ao compará-lo com os quatro anos anteriores, destaca-se a permanência de riscos tecnológicos nas primeiras duas posições, evidenciando a importância constante do tema cibersegurança para os inquiridos. O segundo lugar nesta edição reflete o reconhecimento da vulnerabilidade das organizações num contexto de sofisticação e intensificação dos ataques cibernéticos, mas também a realidade de Portugal, que surge como o terceiro país europeu mais afetado por ataques informáticos em 2022 pela IBM.

Apesar do investimento em gestão no risco cibernético, fica a perceção de que a gestão deste risco tem ainda um longo caminho pela frente, uma vez que estamos perante uma ameaça permanente e para a qual o “atacante” está sempre à frente, em métodos e conhecimento, devendo existir por isso uma forte aposta na formação ao nível do utilizador, tantas vezes causador de incidentes por força do seu desconhecimento ou por incapacidade de deteção de riscos em situações de pressão diária de trabalho.



No entanto, o risco que surge na primeira posição das expectativas para 2023 a nível global é um risco económico – a inflação –, que ocupava a quarta posição em 2022, quando integrou pela primeira vez o top5 de riscos no período 2019-2023. De realçar outro risco económico – estagnação económica prolongada –, que aparece pela primeira vez neste top5, sendo que em 2022 ocupava a décima quinta posição. Esta escalada de posição reflete a expectativa dos inquiridos para que 2023 seja um ano em que a elevada inflação se junta à estagnação económica, como refletido por uma taxa de crescimento baixa e elevado desemprego.

Adicionalmente, o choque nos preços das *commodities* cai este ano para a sexta posição com 25%, empatado com o risco de conflitos interestatais.

No âmbito dos riscos ambientais, os eventos climáticos extremos voltam a ocupar o top3 dos riscos mais esperados pelas empresas para o ano de 2023, posição que ocupa desde 2018, à exceção dos anos de 2021 e 2022, em que caíram para o quinto lugar. As empresas portuguesas denotam uma clara perceção do peso que os eventos climáticos extremos têm para a economia global, numa perspetiva de

longo prazo, e da dificuldade em mitigar esse mesmo risco e impactos relacionados no futuro próximo.

Apesar do COVID-19 continuar a ser um tema nos Media, a verdade é que já não ocupa os noticiários com a mesma recorrência e foco diário. Não apenas por isso, mas também pelo peso de outros riscos, a pandemia/propagação rápida de doenças infecciosas caiu para a décima quarta posição este ano, com apenas 6% dos respondentes a indicar este risco, face aos 48% de 2022 e 63% em 2021.

09| Riscos que o mundo vai enfrentar: evolução do top 5





Porém, da análise ao comparativo dos riscos que as empresas portuguesas esperam enfrentar em 2023 – **Figura 10**, constatamos que os ataques cibernéticos voltam a ocupar a primeira posição do ranking, tendência verificada desde 2018, à exceção do segundo lugar em 2022. Em contrapartida, a falha na cadeia de fornecimento regista uma forte queda no ranking passando da primeira posição em 2022 para a quinta em 2023.

A instabilidade política ou social ocupa este ano a segunda posição, mas com o mesmo peso de 2022 - 45%, altura em que ocupava o terceiro lugar. Por outro lado, a inflação foi um novo risco incluído em 2023 na rúbrica dos riscos económicos para o panorama nacional, ocupando desde logo a terceira posição.

Notamos ainda que o risco de pandemia/surtos que ocupava a quarta posição em 2022 com 36% caiu para a vigésima segunda posição com apenas 4%. Este risco é identificado ao nível global com 6%, demonstrando uma maior confiança pelos resultados obtidos em Portugal com as medidas de mitigação, havendo ainda algum temor relativamente aos impactos que a doença pode ter noutras geografias, afetando as suas cadeias de valor.

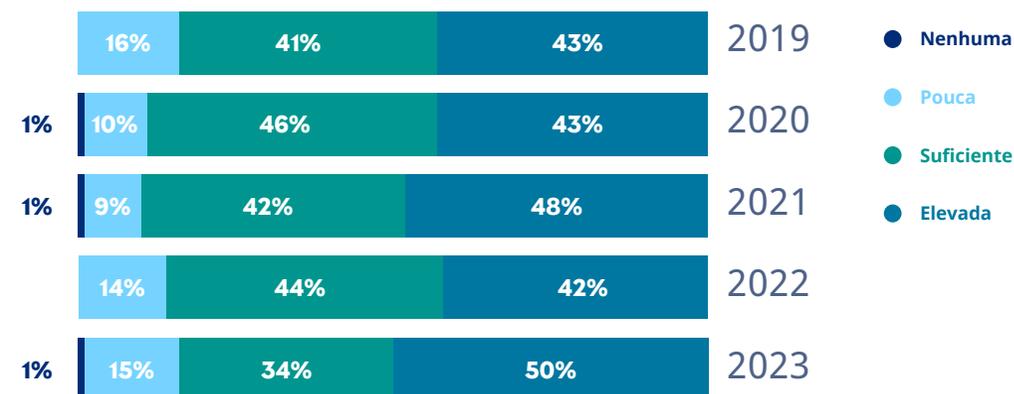
10| Riscos que a sua empresa vai enfrentar: evolução do top 5



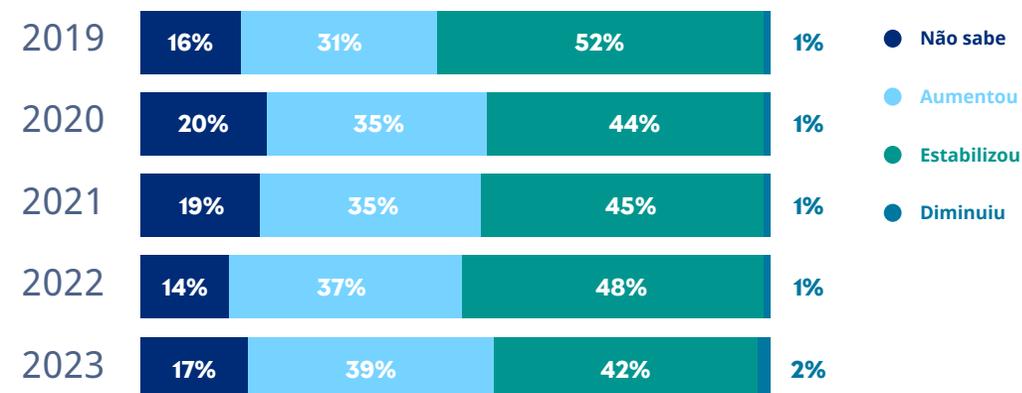


Na **Figura 11**, onde está representada a evolução da importância dada à gestão dos riscos pelas empresas portuguesas nos últimos anos, constata-se, especialmente, o aumento do número de respondentes que afirmam estar a dar mais importância à gestão dos riscos, chegando aos 50% pela primeira vez desde que realizamos este estudo, sendo que o investimento nesta matéria também aumentou, como evidencia a **Figura 12**.

11| Evolução da importância dada à gestão de riscos



12| Evolução do valor orçamentado para a gestão de riscos





ESG: um retrato das empresas portuguesas

Habitados a ver referências a “sustentabilidade” desde há alguns anos, o termo “ESG” aparece cada vez mais no nosso dia-a-dia, tanto em contexto pessoal como profissional, em jornais e outras publicações afins, mas também nos Media e iniciativas de marketing empresariais.

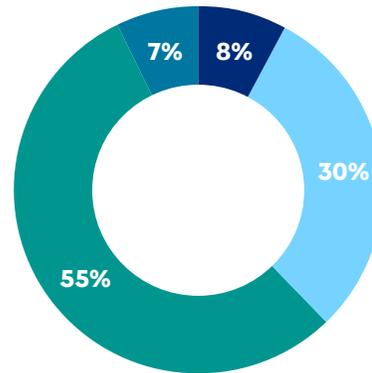
Dada a relevância atual que o ESG (*Environmental, Social, Governance*) tem vindo a assumir, quer pelo interesse crescente dos *stakeholders*, quer por fruto do aumento da legislação, este ano dedicamos também uma seção do Estudo a esta temática.



Enquanto ligeiramente mais de metade das organizações respondentes (55%) afirmam ter conhecimento total das suas obrigações, os restantes afirmam ter algum conhecimento (30%). Por outro lado, é importante referir que 8% dos inquiridos afirmam ter nenhum conhecimento sobre as suas obrigações, enquanto 7% preferiu não responder – **Figura 13**. Estes números parecem espelhar a complexidade do contexto regulatório em que vivemos e as expectativas de controlo e reporte de informação de sustentabilidade já em vigor ou esperadas para os próximos anos (de que são exemplos a “Taxonomia Europeia”, a “NFRD – Diretiva de Reporte de Não Financeiro” e a “CSRD – Diretiva de comunicações de informações sobre sustentabilidade”).

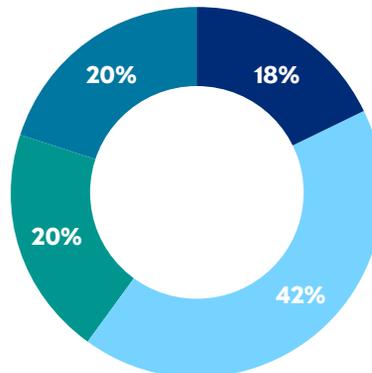
Relativamente ao nível de maturidade do reporte de métricas ESG, a maioria das organizações inquiridas admite espaço para melhoria do reporte que já faz (42%), sendo que apenas 20% indicou ter um histórico de reporte com qualidade (performance elevada) - **Figura 14**.

13| Como classifica o conhecimento da sua empresa em matéria de ESG



- A empresa não tem conhecimento/desconhece as suas obrigações
- A empresa tem algum conhecimento das suas obrigações
- A empresa tem conhecimento total das suas obrigações
- N/A

14| Qual o nível de maturidade da sua empresa em matéria de reporte de métricas de ESG



- A empresa iniciou o processo; performance baixa
- A empresa já reporta, mas existe espaço para melhorias; performance média
- A empresa tem histórico de reporte de métricas com qualidade; performance elevada
- N/A



No que respeita a motivações para uma maior preocupação com ESG, o compromisso interno aparece em primeiro lugar com 51%. Já motivações relacionadas com clientes (39%), investidores e financiamentos (36%) e colaboradores (34%) aparecem também com peso relevante, revelando que as organizações compreendem a importância do tema para os diversos *stakeholders* – Figura 15.

15| Quais as principais motivações para uma maior preocupação com ESG





Futuro: infinitas possibilidades

Uma prática de gestão de riscos eficaz, que considera uma monitorização de riscos a curto e longo prazo, é um fator essencial no caminho para o sucesso de qualquer organização, independentemente do setor em que atua. Isto torna-se crucial num contexto em que, e de acordo com o *World Economic Forum*, ameaças sociais e climáticas são apontadas como dominantes no cenário de riscos dos próximos dez anos.

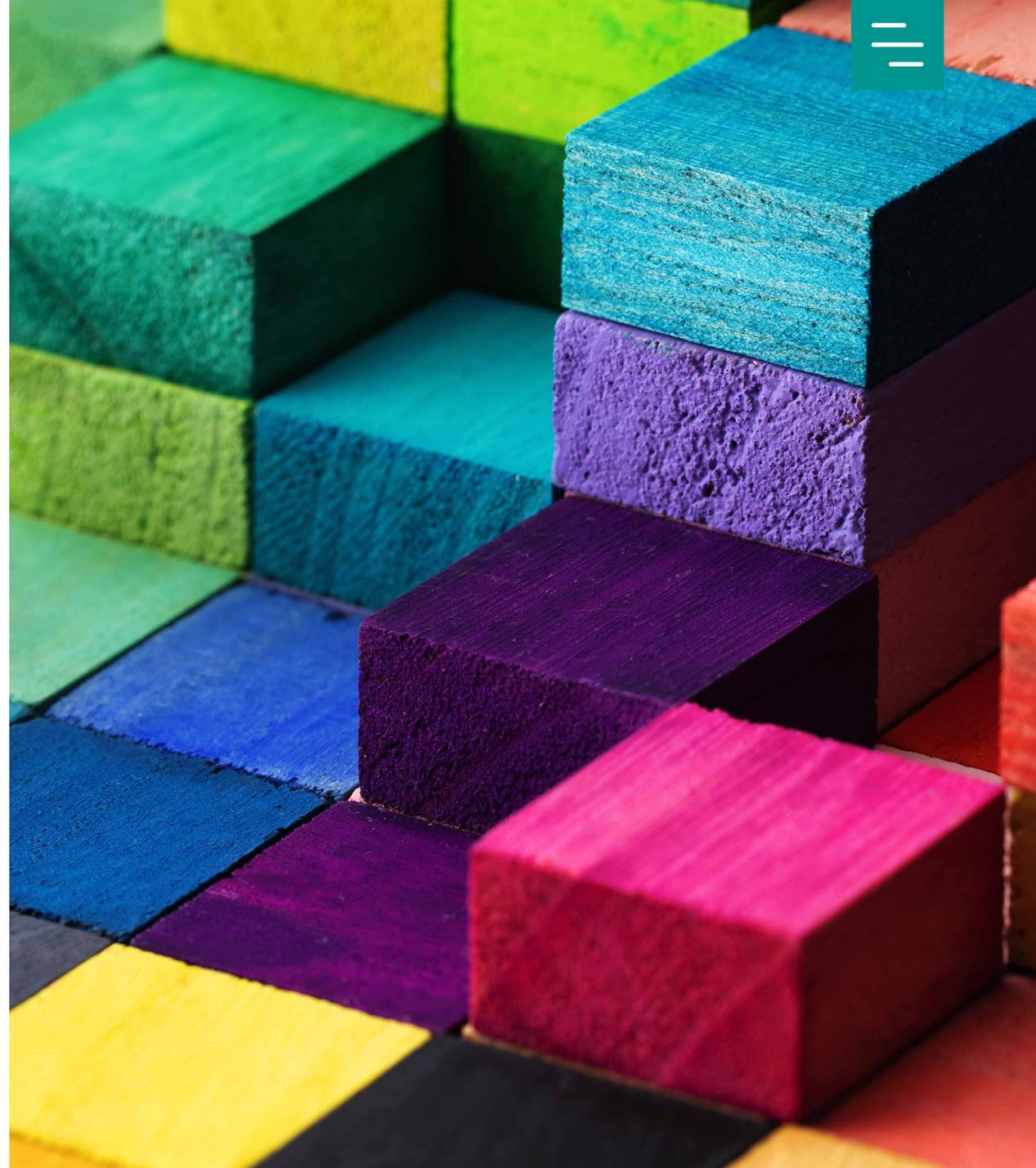
Este cenário vem colocar à prova a forma como as organizações têm conduzido temas como a gestão de riscos, numa lógica mais focada na gestão de crise e de riscos a curto-médio prazo, uma atitude substanciada pelos estudos comportamentais que nos confirmam que a natureza humana tem tendência para se focar no imediato – o que no contexto atual corresponde a riscos como a crise económica, desastres naturais, confrontos geoeconómicos e erosão da coesão social (top de riscos identificados para os próximos dois anos pelo *World Economic Forum*).

Já num horizonte temporal a dez anos, as primeiras posições do ranking do *World Economic Forum* são ocupadas por riscos ambientais e climáticos, onde temas ambientais ocupam cinco dos seis primeiros lugares. A inclusão de um horizonte temporal mais longo, como o anteriormente referido, vem colocar à prova visões e procedimentos desatualizados em termos de gestão de riscos, obrigando ao desenvolvimento e implementação de novas práticas que garantam o bom desempenho desta função.

Neste sentido, a gestão de riscos integrada na estratégia das organizações acaba por ser uma oportunidade única para que estas se tornem mais resilientes, contribuindo para a antecipação e resposta a ameaças de forma alinhada com a estratégia das organizações, minimizando assim os danos causados, o que se revela extremamente importante num cenário de riscos cada vez mais complexo e volátil.

Além disso, uma gestão sistemática e sistémica dos riscos, integrada na estratégia corporativa, poderá contribuir também para uma maior capacidade de adaptação das organizações às mudanças do contexto em que operam, através da identificação de novas oportunidades de negócio e adoção de estratégias mais eficazes para alcançar os seus objetivos.

Organizações que demonstrem uma abordagem pró-ativa na gestão dos riscos estarão numa posição privilegiada, pois isso transmitirá confiança e credibilidade aos clientes, fornecedores e investidores. Estarão perante uma oportunidade para se tornarem mais resilientes, se adaptarem mais facilmente às mudanças do mercado, melhorarem a sua eficiência operacional, aumentarem a sua rentabilidade e reputação e, finalmente, se destacarem num mercado cada vez mais disruptivo – estratégia vencedora que deve ser prioridade para todas as organizações que procurem o sucesso e o crescimento sustentável.





Anexo

Riscos que o Mundo vai enfrentar em 2023

| # | Risco | % |
|----|---|-----|
| 1 | Inflação | 54% |
| 2 | Falha de medidas de cibersegurança | 49% |
| 3 | Eventos climáticos extremos | 42% |
| 4 | Estagnação económica prolongada | 29% |
| 5 | Geopolitização de recursos estratégicos | 28% |
| 6 | Conflitos interestatais | 25% |
| 6 | Choques nos preços dos produtos (commodities) | 25% |
| 7 | Deterioração saúde mental | 18% |
| 7 | Instabilidade social profunda | 18% |
| 8 | Crise de recursos naturais | 17% |
| 9 | Erosão de coesão social | 16% |
| 9 | Crises fiscais e financeiras em economias chave | 16% |
| 10 | Armas de destruição em massa | 14% |
| 10 | Quebra das relações entre Estados | 14% |
| 10 | Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas | 14% |
| 11 | Catástrofes naturais | 13% |
| 11 | Concentração do poder digital | 13% |
| 12 | Falha de infraestruturas de informação críticas e de rede | 11% |
| 13 | Ataques terroristas | 7% |
| 13 | Migração involuntária em grande escala | 7% |

| # | Risco | % |
|----|---|----|
| 13 | Desigualdade digital | 7% |
| 14 | Falha de governance nacional | 6% |
| 14 | Pandemia/propagação rápida de doenças infecciosas | 6% |
| 14 | Desilusão generalizada da juventude | 6% |
| 14 | Falha de governance tecnológica | 6% |
| 15 | Crises de subsistência | 5% |
| 15 | Transação ilícita | 5% |
| 16 | Bolha de ativos | 4% |
| 16 | Falha ou colapso de uma infraestrutura crítica ou setor crítico | 4% |
| 16 | Colapso estatal ou crise | 4% |
| 16 | Falha de uma infraestrutura pública | 4% |
| 16 | Colapso ou falta de sistemas de segurança social | 4% |
| 17 | Catástrofes ambientais causadas pelo homem | 3% |
| 18 | Consequências adversas dos avanços tecnológicos | 2% |
| 19 | Deflação | 1% |
| 19 | Elevado desemprego ou subemprego | 1% |
| 19 | Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas | 1% |
| 19 | Colapso de uma instituição multilateral | 1% |
| 20 | Reação generalizada contra a ciência | 0% |



Riscos que as Empresas vão enfrentar em 2023

| # | Risco | % |
|----|--|-----|
| 1 | Ataques cibernéticos | 46% |
| 2 | Instabilidade política ou social | 45% |
| 3 | Inflação | 39% |
| 4 | Retenção de talentos | 35% |
| 5 | Falha na cadeia de fornecimento | 33% |
| 6 | Falha de medidas de cibersegurança | 29% |
| 7 | Eventos climáticos extremos | 25% |
| 8 | Recessão | 23% |
| 9 | Compromisso dos colaboradores | 22% |
| 10 | Taxas de juro | 19% |
| 11 | Crise financeira/crises fiscais | 15% |
| 12 | Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas | 14% |
| 13 | Crises de recursos naturais | 13% |
| 14 | Instabilidade social profunda | 12% |
| 15 | Falha de infraestruturas de informação críticas e de redes | 11% |
| 16 | Deterioração de saúde mental | 10% |
| 17 | População ativa envelhecida | 9% |
| 17 | Concorrência | 9% |
| 18 | Produtividade dos colaboradores | 8% |
| 19 | Acesso a crédito | 7% |
| 19 | Cash flow | 7% |
| 19 | Crises de liquidez | 7% |
| 20 | Câmbio | 6% |

| # | Risco | % |
|----|---|----|
| 20 | Pressão do consumidor | 6% |
| 21 | Fusões & Aquisições | 5% |
| 21 | Situação de Acionistas | 5% |
| 21 | Reputação | 5% |
| 22 | Ataques terroristas | 4% |
| 22 | Pandemia/surtos | 4% |
| 22 | Propriedade Intelectual | 4% |
| 22 | Roubo ou fraude de dados | 4% |
| 23 | Desigualdade digital | 3% |
| 24 | Consequências adversas dos avanços tecnológicos | 2% |
| 24 | Corporate governance | 2% |
| 24 | Emigração | 2% |
| 24 | Colapso estatal | 2% |
| 24 | Comunicação | 2% |
| 25 | Ações dos Diretores | 1% |
| 25 | Crime & fraude | 1% |
| 25 | Catástrofes naturais | 1% |
| 25 | Gap geracional | 1% |
| 25 | Danos causados ao ambiente pelo homem | 1% |
| 25 | Desemprego | 1% |
| 26 | Incêndio | 0% |
| 26 | Refugiados | 0% |
| 26 | Perda de biodiversidade | 0% |



“ A gestão de riscos integrada na estratégia das organizações é uma oportunidade única para que estas se tornem mais resilientes e encontrem infinitas possibilidades.



Sobre a Marsh

A Marsh é líder mundial em corretagem de seguros e consultoria de risco. Com cerca de 45,000 colaboradores a operar em 130 países, a Marsh presta serviços a clientes comerciais e individuais com soluções de risco baseadas em dados e serviços de consultoria. A Marsh é uma empresa do grupo Marsh McLennan (NYSE: MMC), líder mundial em serviços profissionais nas áreas de risco, estratégia e pessoas. Com uma receita anual de cerca de 20 mil milhões de dólares, a Marsh McLennan ajuda os seus clientes a navegar num ambiente cada vez mais dinâmico e complexo através de quatro empresas líderes de mercado: Marsh, Guy Carpenter, Mercer e Oliver Wyman. Para mais informações, visite o site marshmclennan.com e siga-nos no LinkedIn e Twitter.

Marsh Lda., com Sede na Rua António Pedro, 111, 1150-045 Lisboa, Sociedade Comercial por Quotas Matriculada na C. R. C. Lisboa, N.º 38285, Capital Social €2.550.000 e Pessoa Coletiva N.º 500 389 365. Está registada na ASF na categoria de Corretor de Seguros sob o n.º 607243481, desde 27-01-2007, e na categoria de Mediador de Resseguros, sob o n.º 811355665/3, desde 16-09-2011, nos ramos Vida e Não Vida, como se atesta em <http://www.asf.com.pt>. Todos os direitos de propriedade intelectual das declarações, conteúdos, dados e gráficos incluídos neste documento, nomeadamente a forma como se apresenta (de agora em diante, conteúdo) pertencem à Marsh Lda. (de agora em diante, Marsh) e o destinatário não recebe nenhum direito sobre a titularidade da dita propriedade intelectual. O conteúdo é privado e confidencial e está destinado ao uso exclusivo do destinatário. É proibido que o conteúdo seja reproduzido, distribuído, publicado, transformado ou difundido, total ou parcialmente, junto de terceiros, físicos ou jurídicos, públicos ou privados (incluindo os consultores e assessores do destinatário), seja com fins comerciais ou não, a título gratuito ou oneroso, sem o prévio consentimento escrito da Marsh. O conteúdo é estritamente informativo. Trata-se de informação disponibilizada por diferentes fontes sem ter sido comprovada pela Marsh, e por isso não é responsável pela sua veracidade ou precisão, de modo que não assumimos responsabilidade alguma por eventuais erros existentes, nem pelas discrepâncias que poderão encontrar nas diferentes versões da mesma. Deve ser considerada unicamente como informação geral. A Marsh não pretende que a informação contida no presente documento seja interpretada como consultoria a uma situação concreta. Copyright © 2023 Marsh Lda. All rights reserved. Europe-1065798587.